



Guilherme Afif Domingos*

Época Brasil

11 MAI 2006

GAZETA MERCANTIL

Por que o Brasil caminha tão devagar

Problemas internos o impedem de se beneficiar da conjuntura externa favorável

Se analisarmos os indicadores de curto prazo da economia brasileira, vamos constatar que muitos deles apresentam desempenho bastante favorável, como os relativos à taxa de inflação, que estão convergindo para a meta fixada, apresentando inclusive deflação dos IGP's, que são os índices utilizados para o reajuste de muitos preços indexados. As exportações, apesar do câmbio desfavorável e de mostrar alguma desaceleração em alguns produtos, ainda apresentam crescimento expressivo. O nível de atividade vem se recuperando lentamente, mas dá sinais de aceleração com a proximidade do Dia das Mães, beneficiado pela queda das taxas de juros, que, embora ainda insuficiente, quando combinada com a dilatação dos prazos do crediário, favorece o crescimento das vendas de bens de maior valor. Também a expansão dos gastos públicos e o ganho real do salário mínimo atuam nesse sentido, somando-se ao aumento do emprego e da renda.

O superávit comercial, a queda do risco-Brasil, o pagamento antecipado da dívida pública no exterior e o acúmulo de reservas geram tranquilidade em relação à área externa, historicamente a grande desencadeadora das crises econômicas brasileiras. Apesar do aumento dos gastos em razão do ano eleitoral, é possível que a meta de superávit primário fixada pelo governo seja obtida, embora com um provável aperto nas despesas após a eleição.

A grave crise política que o País atravessa parece não estar afetando o dia-a-dia das atividades empresariais, graças ao bom resultado das principais variáveis econômicas, mas seguramente deve estar, no mínimo, postergando decisões de investimentos.

Essa visão otimista do curto prazo, no entanto, contrasta com análises mais profundas e



de horizontes de médio prazo quando afloram graves problemas que podem não apenas comprometer o crescimento sustentado como desorganizar setores econômicos importantes de forma irreversível.

As taxas de juros continuam em patamares insuportáveis para a atividade empresarial, inibindo os investimentos e afetando o crescimento da economia.

Quando se soma a tributação elevada à burocracia dela decorrente, verifica-se que a maioria dos empresários luta heróicamente apenas para que sua empresa possa sobreviver. Os juros extremamente altos afetam não só os investimentos, cujos níveis já estão muito abaixo do necessário, e a atividade empresarial, mas também as finanças públicas, fazendo crescer a dívida interna e ainda pressionando a taxa cambial, provocando a valorização do real.

A questão da valorização cambial salta aos olhos, não sendo necessário fazer grandes exercícios econôméticos para constatá-la. Basta verificar o crescimento do número de bra-

sileiros viajando para o exterior e o forte aumento do consumo de bens importados. De outro lado, se visitarmos as regiões produtoras de calçados, vamos ver o fechamento de um grande número de empresas que eram exportadoras e o desemprego que atinge proporções alarmantes em algumas cidades da região Sul. Muitos setores, como têxteis, confecções, brinquedos, eletrônicos portáteis, auto-peças, entre tantos outros, não conseguem exportar e nem enfrentar a competição externa, especialmente a chinesa.

O Brasil enfrenta uma séria crise na agricultura, que vem sendo negligenciada pelo governo e não percebida pela população urbana, até porque seu reflexo a curto prazo é a redução dos preços dos alimentos, como é o caso do frango, mas cujas consequências futuras são altamente negativas, pois a descapitalização do agricultor vai implicar a redução dos investimentos e a queda da produção e da produtividade.

Com relação às finanças governamentais, mesmo admitin-

do-se que seja cumprida a meta de "superávit primário" de 4,25% do PIB para 2006, nível inferior ao de anos anteriores e insuficiente para "zerar" o déficit público, condição necessária para que se possa reduzir as taxas de juros mantendo a inflação sob controle, esse resultado vem sendo alcançado pelo corte de investimentos, enquanto os gastos de custeio continuam a crescer fortemente.

A preocupação maior quanto a isso é com o crescimento das despesas que se perpetuam, como a contratação de pessoal, o aumento real do salário mínimo e dos benefícios dos programas sociais. O desequilíbrio da Previdência vem se agravando e a dívida pública crescente são fatores de potencial desestabilização das contas fiscais.

O que vem permitindo que todos esses problemas sejam encobertos pelos resultados positivos da economia é um cenário externo extremamente favorável, no qual a abundante liquidez e o crescimento das importações beneficiam os países emergentes que, no geral, têm tirado proveito desse fator e apresentado taxas de expansão de seu PIB extremamente elevadas. O Brasil, infelizmente, não tem tirado todo o proveito que a conjuntura externa possibilita porque continua a se debater com seus problemas internos.

No momento em que nos preparamos para uma campanha eleitoral, que parece caminhar para ser extremamente agressiva, é hora de a sociedade cobrar dos candidatos as propostas de soluções para esses problemas de médio prazo, bem como para as questões estruturais que se arrastam há muitos anos sem que sejam sequer equacionadas.

* Presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp) e da Associação Comercial de São Paulo (ACSP)